

Eixo Temático ET-09-009 - Biologia Aplicada

FATORES DE RISCO PARA ENTEROPARASIToses ENTRE ESCOLARES DE ESCOLAS MUNICIPAIS DA ZONA RURAL DE PAULO AFONSO-BA

Marcelo Cerilo dos Santos Filho¹, Cassia dos Santos Cardeal¹,
Maria Tairla Viana Gonçalves¹, Deyvison Rhuan Vasco dos Santos²,
Erika dos Santos Nunes¹, Hadja Maria Oliveira Silva³, Edilson Alves dos Santos¹

¹Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *Campus VIII*, Paulo Afonso, Bahia. Email: marcelocirilo@hotmail.com.

²Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - UNEB, *Campus III*, Juazeiro, Bahia.

³Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas – UNEB, *Campus VIII*, Paulo Afonso, Bahia.

RESUMO

As condições socioeconômicas-sanitárias relacionadas a ocorrência de parasitoses intestinais são de suma relevância para identificar os fatores de risco que contribuem para aquisição de enteroparasitos. A ausência de saneamento básico, hábitos alimentares e de higiene inadequados são os principais contribuintes para contaminação principalmente em crianças, por apresentarem hábitos higiênicos fragilizados. Desse modo, o estudo buscou verificar a presença de fatores de riscos para aquisição de enteroparasitoses nas Escolas Municipais Gilberto de Barros Pedrosa e Antônio Ramalho, localizadas nas comunidades rurais Vila Matias e Arrasta pé, respectivamente, em Paulo Afonso-BA. O trabalho foi conduzido com os responsáveis legais dos alunos regularmente matriculados. Para obtenção dos dados foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e as respostas analisadas qualitativa e quantitativamente. Foram entrevistados 19 responsáveis, todos residem em casas de alvenaria, a maioria possui renda inferior a um salário mínimo (73,8%) e primeiro grau incompleto (63,1%), o abastecimento de água se dá pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (57,9%), rio (31,5%), cisterna (10,6%). De acordo com os resultados percebe-se a necessidade de estudos socioeconômicos e ambientais para compreensão dos fatores de risco à aquisição de protozooses e helmintíases, além do desenvolvimento de ações preventivas no combate as parasitoses intestinais.

Palavras-chave: Parasitologia humana; Comunidades rurais; Crianças.

INTRODUÇÃO

Aspectos sócio-econômicos-sanitários são de suma relevância em estudos acerca de fatores de risco para parasitoses intestinais, principalmente em populações rurais, onde o saneamento básico é ausente ou deficiente, existe carência de abastecimento de água e as condições higiênico-sanitárias são fragilizadas (SÁ-SILVA et al., 2010).

Esses fatores justificam o fato dos agentes biológicos das enteroparasitoses estarem intimamente ligados ao “*status social*” do ambiente em que a população vive (NEVES et al., 2018). A transmissão dos parasitos ocorre principalmente por via fecal-oral, através da água e alimentos contaminados, bem como pelo contato com solo (MOREIRA et al., 2019). As crianças são as mais propensas à aquisição das

helminthíases e protozooses intestinais, por apresentarem hábitos de higiene fragilizados, facilitando a contaminação (STRECK; SALVADOR, 2017).

Estudos recentemente realizados com a população infantil em zonas rurais brasileiras por Biolchi et al. (2015) e Silva et al. (2018), constataram as prevalências de 58,5% e 57%, respectivamente, sendo os parasitos mais encontrados: *Ancilostomídeos*, *Ascaris lumbricoides*, *Giardia lamblia* e *Entamoeba coli*. Estes, quando contaminam crianças podem causar diversos danos físicos e mentais como deficiência de vitaminas, baixo crescimento e déficit no rendimento escolar (NEVES et al., 2018).

Desse modo, torna-se de suma relevância investigar os fatores de risco socioambientais presentes no ambiente domiciliar e escolar, afim de descobrir se estes contribuem na aquisição de parasitoses intestinais entre os escolares.

OBJETIVO

O estudo teve como objetivo verificar a presença de fatores de riscos para aquisição de parasitoses intestinais entre escolares de duas escolas da zona rural no município de Paulo Afonso-BA.

METODOLOGIA

Área de estudo

O trabalho foi realizado no Nordeste da Bahia, na microrregião do sertão de Paulo Afonso. O município ocupa uma área territorial de 1.545,192 Km² e apresenta uma população estimada em 120.706 habitantes (IBGE, 2017).

Aspectos legais do estudo

O estudo foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob o parecer de nº 1.969.897 e Secretária Municipal de Educação de Paulo Afonso.

Posteriormente foram realizadas reuniões com os responsáveis legais dos discentes e com os professores para apresentação do projeto proposto, em seguida, aqueles que concordaram em participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Seleção das escolas

Para seleção das escolas foram adotados os seguintes critérios: a) serem localizadas na zona rural do município de Paulo Afonso; b) possuir turmas nos anos iniciais (1º a 5º ano) do ensino fundamental; c) apresentarem distância de um raio de 20km do centro da cidade.

Sendo assim, a pesquisa foi realizada com os responsáveis legais dos alunos regularmente matriculados na Escola Municipal Gilberto de Barros Pedrosa e na Escola Municipal Antônio Ramalho, localizadas nas comunidades rurais Vila Matias e Arrasta pé, respectivamente, do município de Paulo Afonso- BA.

Coleta e análise dos dados

Para coleta de dados acerca das condições socioeconômicas, sanitárias, bem como dos hábitos higiênicos e alimentares dos estudantes, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, junto aos responsáveis, e as respostas analisadas qualitativamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 19 responsáveis foi entrevistado. Com relação ao perfil socioeconômico 63,1% possuem o 1º grau incompleto e 73,8% a renda familiar menos de 1 salário mínimo.

Quanto aos fatores de riscos domiciliares, 100% residem em casas de alvenaria, 57,9% das casas são abastecidas pela EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento), 31,5% por água diretamente do rio e 10,6% da cisterna. Sobre a água utilizada para beber, 42,1% dos entrevistados relataram não tratar. Quanto ao destino do esgoto, 47,4% disseram ser a céu aberto, 31,5% fossa séptica e 21,1% fossa rudimentar. Essas informações relatam a possibilidade dos discentes estarem infectados com parasitos de veiculação hídrica, de acordo com a pesquisa feita em escolares da rede municipal de ensino de Cambé por Lopes-Mori et al. (2016), 38,8% das crianças que estavam contaminadas com parasitos, bebiam água não tratada e não possuíam rede de esgoto eficiente.

No que diz respeito às crianças, os responsáveis forneceram dados sobre a saúde e hábitos alimentares e de higiene. Nas respostas foi relatado que 68,4% já apresentaram vermes, sendo que 31,5% fizeram exames de fezes há um ano, ainda chamando atenção para o uso dos medicamentos anti-helmínticos, onde 52,6% afirmou não saber se tomou este tipo de medicação. Considerando que 57,9% ingeriu o medicamento sob prescrição médica, subentende que a maioria dos estudantes faz acompanhamento com as orientações corretas, discordando da pesquisa feita em Flores da Cunha - RS por Cavagnoli et al. (2015), em que 76,5% dos escolares nunca foram diagnosticados com parasitoses, além de 78,8% nunca terem realizado exame parasitológicos de fezes.

Referente à higiene, 73,7% afirmaram lavar as mãos após usar o banheiro, porém todos esses possuem o hábito de andar descalço, além de manter contato com animais e com o solo (94,7%; cada). No que se refere aos hábitos alimentares, 84,2% afirmaram lavar as mãos, as frutas e verduras antes do consumo, 94,7% consomem verduras cruas. A partir desses dados, percebe-se que os hábitos higiênicos e alimentares, podem favorecer fortemente a contaminação tanto por protozoários, quanto por geo-helmintos, comprovando o estudo feito em uma população de escolares da rede pública de ensino do Município de Mirassol, Estado de São Paulo, por Belloto et al. (2011), onde 40,3% das crianças contaminadas consumiam alimentos crus e 87,2% tinham o hábito de andar descalço.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados desta pesquisa, percebe-se que os escolares e seus responsáveis estão expostos a fatores de risco que facilitam a aquisição de parasitoses, fazendo-se necessárias campanhas de educação em saúde, com tudo o público alvo (pais, alunos e professores), pautadas em orientações sobre os mecanismos de transmissão e prevenção das enteroparasitoses.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, M. V. T.; JUNIOR, J. E. S.; ALVES, E.; PONCE, A.; GALISTEU, K. J.; TAUYR, V. L.; CASTRO, E.; ROSSIT, A. R. B.; MACHADO, R. L. D. Enteroparasitoses numa população de escolares da rede pública de ensino do Município de Mirassol, São Paulo, Brasil. **Rev Pan-Amaz Saude**, 2011.

BISCEGLI, T. S.; ROMERA, J.; CANDIDO, A. B.; SANTOS, J. M.; CANDIDO, E. C. A.; BINOTTO, A. L. Estado nutricional e prevalência de enteroparasitoses em crianças matriculadas em creche. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 27, n. 3, p. 289-295, 2009.

BIOLCHI, L. C.; COLLET, M. L.; DALLANORA, F. J.; D'AGOSTINI, F. M.; NARDI, G. M.; MÜLLER, G. A.; & WAGNER, G. Enteroparasitos e comensais em estudantes entre 7 e 14 anos em áreas rurais e urbanas do município de campos novos, oeste de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Patologia Tropical**, v. 44, n. 3, p. 337-342, 2015.

CAVAGNOLLI, N. I.; CAMELLO, J T.; POETA, J.; RODRIGUES, A. D. Prevalência de enteroparasitoses e análise socioeconômicas de escolares em Flores da Cunha – RS. **Rev. Patologia Tropical**. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Bahia: Paulo Afonso: Infográficos: evolução populacional e pirâmide etária. 2017. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

LOPES-MORI, F. M. R.; MITSUKA-BREGANÓ, R.; OLIVEIRA; F. J. A.; DUTRA, M. C. M. N.; SARZI, M. B. L.; AIDAR, M. R.; CONCHON-COSTA, I. Fatores associados a enteroparasitoses em escolares da rede municipal de ensino de Cambé. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, 2016

MOREIRA, A. S.; SILVA, B. S.; RIBEIRO, L. B.; TEIXEIRA, L.; OLIVEIRA, R. M., COELHO, M. D. F. L.; LIMA MEROLA, Y. Pesquisa de parasitos intestinais em crianças de um centro de educação infantil em um município no sul de minas gerais. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 17, n. 1, 2019.

NEVES, D. P.; FILIPPIS, T.; LIMA, A. D. **Parasitologia Básica**. 4. ed. 2018.

SÁ-SILVA, J. R.; PORTO, M. J. F.; SOUSA, C. E. B.; ALMEIDA, F. V. P. Escola, educação em saúde e representações sociais: Problematizando as parasitoses intestinais. **Pesquisa em Foco**, v. 18, n. 1, 2010.

SILVA, A. M. B. da; BOUTH, R. C.; COSTA, R. S. da; CARVALHO, D. C. de; HIRAI, K.E.; PRADO, R. R.; AROUSO, S. G. de; PEREIRA, A. C. L.; RIBEIRO, K. T. S. Ocorrência de enteroparasitoses em comunidades ribeirinhas do Município de Igarapé Miri, Estado do Pará, Brasil. **Rev Pan-Amaz Saude**, 2014.

SILVA, E. P.; CARVALHO, W. R. C.; FIRMO, W. C. A. Estudo comparativo da ocorrência de parasitoses intestinais em crianças de duas comunidades da zona rural de Paulo Ramos - MA, Brasil. **Revista Uningá Review**, v. 27, n. 2, 2018.

STRECK, E. L.; SALVADOR, S. Parasitoses em crianças: uma revisão bibliográfica dos casos na America Latina. **Inova Saúde**, v. 6, n. 2, p. 88-97, 2018.